VI Simpósio Nacional de
HISTÓRIA CULTURAL
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

# HISTÓRIA E EDUCAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS (1970 – 2000)

Elio Gomes Pereira*
Albertina Viventini**



De acordo com Hartog (1999) as histórias atuam antes de tudo, no destinatário. É para ele que o efeito é calculado pelo narrador, ou globalmente, é nele que o texto deve fazer efeito.

Com o fim da guerra do Paraguai (1865-1870), tornou-se urgente solucionar as questões internas da Província, como a descentralização administrativa e o policiamento local que, neste período, tornaram-se precárias, uma vez que o Exército afastou-se das questões internas provinciais, deixando a cargo da Força Policial da Província a manutenção da segurança[1]. No governo Antero Cícero de Assis, em 10 de junho de 1874, baixou-se a Resolução Provincial nº 520, fixando a Força Policial de Goyaz, que se encontrava inoperante desde sua criação em 1858.

---

* Mestrando da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – GO), Vice- Diretor da Faculdade Tecnologia Equipe Darwin - FTED e Diretor Geral do Centro de Aprendizagem e Aperfeiçoamento Profissional Superior - CAAPS.

** Orientadora do artigo "História e Educação da polícia Militar de Goiás (1970-2000)".

1 Sob a responsabilidade da Força Policial, enquanto a segurança externa sob a responsabilidade do Exército Brasileiro.

ISBN: 978-85-98711-10-2

A resolução nº 520 de 1874não mudou a realidade da Força Policial que em 1879 é mais uma vez reestruturada, recebendo novo regulamento e nova denominação, passando a ser chamada "Companhia Policial de Goyaz".

Entretanto, mesmo estando de certa forma inativa, a existência desta corporação permaneceu na memória daqueles que de alguma forma presenciaram ou fizeram parte da história da mesma, tendo esta memória ou os seus resquícios contribuído para subsidiar este trabalho ao fornecer elementos que foram fundamentais para compreender o contexto histórico em que ocorreu esta reestruturação.

A memória histórica se nos apresenta idealmente como âncora e plataforma. Enquanto âncora possibilita que, diante do turbilhão da mudança e da modernidade não nos desmanchemos no ar. Enquanto plataforma, permite que nos lancemos para o futuro com os pés isoladamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição. (LOVISOLO, 1987, p.01)

Conforme destaca DIEHL (2002), tanto a noção de memória como a de identidade precisam estar envolvidas com aqueles aspectos que proporcionam o déficit da historiografia moderna: o tempo, o espaço e o movimento.



A ornamentação de signos e significados de determinados grupos sociais étnicos privilegia uma recolonização das experiências do cotidiano, especialmente levando-se em conta a profunda crise atual de valores modernos e seus respectivos projetos de futuro. (DIEHL, 2002, p. 113)

A Proclamação da República ocorrida em 15 de Novembro de 1889 iniciou uma nova fase política que deu maior autonomia aos Estados e, consequentemente, às policias, que tiveram de se moldar às necessidades impostas pelo novo regime e pela nova constituição.

As primeiras décadas do século XX foram, então, significativas para a estrutura, que passou por severas mudanças em virtude do crescimento do Estado. Foi o início da militarização da polícia[2].

---

[2] No século XX, a Polícia Militar passa a aplicar o modelo de instrução e treinamentos do Exército Brasileiro, inclusive inserindo o regulamento disciplinar com novas diretrizes à hierarquia.

ISBN: 978-85-98711-10-2

Em 1933, Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal e governador de Goiás sucessivas vezes, lutou para colocar o Estado dentro do contexto capitalista para impulsionar o País a alcançar a "modernidade" tão propagada naquela época. O projeto do Governo Federal chamado "Marcha para o Oeste" aumentou a produção econômica de Goiás, transformou a polícia goiana, que foi reestruturada[3] e transferida para a nova capital, Goiânia. A partir de 1949, a Força Policial de Goiás passou a ser denominada Polícia Militar do Estado de Goiás.

Este período histórico confirma a fala de Hannah Arendt (2006) quando esta afirma que a ação dos homens se dá na dimensão política da História, do tempo, da vivência cotidiana, e não no tempo das estruturas e que a política é o lugar do imprevisível, do acaso, portanto da liberdade.

Foi neste contexto que, o inicio da década de 1960, o Major do Exercito Brasileiro Mauro Borges Teixeira, assumiu o Governo do Estado de Goiás. Este governador teve uma preocupação especial com a segurança pública do Estado e reestruturou o sistema de ensino da Polícia Militar, o que trouxe um avanço substancial na relação homem, "polícia militar", - comunidade. No entanto, esta reestruturação foi realizada parcialmente tendo cuidado para não romper com a tradição de ensino que havia prevalecido até então nesta corporação, indo de encontro aos argumentos de DIEHL, ao colocar que:



> A sociabilidade comunitária permite o nascimento da tradição, em que o coletivo e o individual se fundem, dando origem ao fundo anímico comum, capaz de ser transmissível às futuras gerações, enquanto as vivências apenas produzem um homem sem história, e portanto, um homem sem memória. (DIEHL, 2002, p. 122)

Quando se deu o golpe ditatorial de 1964, o Governador Mauro Borges Teixeira, que não tinha uma afinidade com o novo governo federal, foi deposto do cargo pelas forças federais; consequentemente com a nova ordem política os comandantes das Polícias e Corpos de Bombeiros passaram a ser oficiais superiores do Exército escolhidos pelo Interventor Federal do Estado[4]. Posteriormente os Governadores dos

---

3 Com ensino de disciplinas específicas, teóricas e práticas de segurança pública e inter-relacionamento com a população da região. (SOUZA, 1999).

4 Interventor do Estado 1964 Carlos Meira Matos.

ISBN: 978-85-98711-10-2

Estados foram nomeados pelos Presidentes da República, os quais escolhiam os comandantes das Polícias Militares, dentro do Exército Brasileiro.

Em 1970, o coronel PM Israel Cópio Filho, implantou o Regulamento Disciplinar do Exército na Polícia Militar de Goiás e trouxe as normas de ensino do Exército para o Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar (CFA PM), por força da recém criada Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM). (SOUZA, 1999)

Com o fim dos governos militares (1985), os governadores já não eram indicados e sim eleitos pelo povo, deste modo o chefe do executivo local, o Governador, passou a ter liberdade para escolher os Comandantes das Polícias e Bombeiros Militares, o que foi um grande avanço uma vez que estes agora poderiam ser pessoas que tinham galgado a sua vida dentro das Corporações, sendo, portanto legítimos representantes desta.

Para entender a representação política CHARTIER (1991) enfatiza que "as lutas de representação" ocorrem visando a ordenação e a hierarquização da estrutura social. O autor defende a investigação das representações como caminho para a renovação da história das mentalidades ou da história cultural, como preferiu denominá-la (id.:ibid). No primeiro, a representação "faz ver uma ausência" e, no segundo, remete aos símbolos, nos quais as representações podem mascarar a realidade (id: 184-185). Chartier conclui essa série de "definições" retomando o tema das "lutas de representação" no Estado absolutista (id.:186).



De seu lado, RICOEUR (1997) define que a representância, enfim, consiste na "referência indireta, própria de um conhecimento por rastro". A metáfora é para Ricouer "o eixo da interpretação histórica" (id.:257). A função das metáforas na apreensão do mundo seria aproximar o que é estranho (1983:103). Ela o faz por processos analógicos, incorporando às palavras sentidos novos e novas referências. As metáforas, em síntese, nos fazem ver (id.:236).

ISBN: 978-85-98711-10-2

Em 1977, o Major do Exército brasileiro comissionado coronel PM Nelson Ivan Pacheco[5] reorganizou a PMGO logística e pedagogicamente, trouxe mudanças nas normas internas do Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFAP). Provocou alterações no Regulamento Disciplinar, as quais garantiram o direito de defesa aos militares que por algum motivo tivesse o direito de defesa tolhido ou sendo punidos de modo injusto.

O crescimento do estado de Goiás, tanto financeiramente como em termos de população obrigou a Corporação a crescer junto, expandindo-se em várias unidades na capital e interior. Esta expansão foi progressiva, na medida em que cada governador de Goiás se convencia da sua necessidade.

Neste aspecto é notório concordar com BORDIEU (2001) quando este argumenta que o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nela se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de "consumidores", devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.



Marconi Perillo, ao assumir o governo de Goiás em 1999, designou uma comissão de oficiais para que apresentassem um estudo aprofundado da descentralização de comandos. O estudo resultou em um documento que foi encaminhado ao governador, que aprovou a nova metodologia de comando na corporação e foi decretado de imediato a descentralização do Comando de Policiamento do Interior e da Capital. (SOUZA, 1999)

As mudanças ocorridas na estrutura de comando da corporação provocadas pela elaboração e análise deste documento permitem afirmar que para a PM-GO este documento marcou o início de uma nova fase de sua história: da relativa autonomia.

Le Goff (1994), em sua obra "Documento/Monumento", ensina que não se trata simultaneamente de dois assuntos; antes, deve-se tentar conjugá-los. Se no século XIX, partindo da terminologia jurídica, o termo documento remetia à idéia de prova, de algo objetivo, a palavra monumento indicava algo intencional, ligado ao poder; Mais

5 Nomeado pelo Governador do Estado de Goiás Irapuan Costa Júnior (Comandante Geral da PMGO) e comissionado a Coronel da PM.

ISBN: 978-85-98711-10-2

tarde, grandes coleções documentais receberam o nome de "monumentos". Para ele, a "revolução documental" ocorrida no século XX acabou afastando os dois termos (1994: 539), mas não se pode deixar de concordar com a sua defesa do dever do historiador em "desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos". O meio de realizá-lo talvez fosse a chamada "crítica histórica". Entretanto, Le Goff afirma que ela é incapaz disso (1994:548). Então, como fazê-lo? Ele simplesmente não diz. O máximo que indica é o caminho, "tentando construir uma história total, de não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte" (id.:ibid), esclarecendo que os documentos podem nos ensinar sobre o seu tempo. Isso acontece quando o investigador consegue lê-lo como um rastro deixado pelas pessoas. O documento, nessa perspectiva, é um meio de conexão (1997:196).

Nesta perspectiva, após ter sido analisado, percebeu-se que as medidas de descentralização de comando da PM-GO têm contribuído para aumentar a qualidade da segurança pública oferecida aos goianos.



Anteriormente a 1987, não existe muito escrito sobre a formação do policial militar do Estado de Goiás. Conforme Baltazar (1992: 43-44) o Estado Maior do Exército Brasileiro emite a Portaria nº 073, que aprova as Normas para Elaboração e Revisão de Currículos (NERC) de 1987, tratando basicamente da finalidade, referencias, considerações gerais, elaboração e revisão de currículos e prescrições diversas.

Na polícia militar, o sistema de ensino é regido por dois documentos básicos: as Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCEs)[6] emitido pela Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa e o Plano Geral de Ensino (PGE)[7].

A polícia Militar do Estado de Goiás mantém um sistema próprio de ensino denominada Ensino Policial Militar, concebido de forma a constituir-se em um processo contínuo e progressivo de educação sistemática, compreendendo uma sucessão de fases

6 A NPCE é o documento emitido pelo Comando Geral por meio da Diretoria de Ensino, que estabelece critérios para o planejamento de conduta de ensino, bem como regular os seus controles, coordenação e fiscalização, obedecendo as diretrizes preconizadas pelo Comandante Geral.

7 Para regular o ensino e a instrução PMGO possui uma legislação que administra sua conduta e planejamento através da Diretoria de Ensino.

ISBN: 978-85-98711-10-2

de estudo e prática, com exigência sempre crescente, desde a iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional geral.

De acordo com o Plano Geral de Ensino (PGE – 2003), o Ensino Policial Militar, na PMGO tem por finalidade proporcionar a necessária habilitação para a ocupação de cargos e funções previstos em sua organização, bem como manter os seus integrantes inserido no contexto da sociedade em que atuam.

Neste sentido, a Academia de Polícia Militar de Goiás (APM – GO) assume uma importante função ao tentar proporcionar aos militares um ambiente agradável e familiar.

> A Academia de Polícia Militar, como instituição de ensino, tenta reproduzir, por meio de sua infra-estrutura, o ambiente e o lar de seus alunos. Nesses termos, o quartel é visto como uma grande casa e os militares, de todos os postos e graduações, como uma imensa família. Um fato que corrobora esse ponto de vista é o discurso tanto dos oficiais como dos praças. Nas palestras e instruções dadas pelos oficiais aos praças é comum ouvir que o quartel é a segunda casa dos policiais militares. (SILVA, 2002, p 28).



Entretanto, embora sejam criados ambientes especialmente elaborados que contribuem para que os militares se sintam mais à vontade, como por exemplo os alojamentos, quadras de futebol, a sala de lazer, dentre outros, cabe ressaltar que na própria estrutura organizacional e física da APM-GO estão presentes a hierarquia e a disciplina essenciais para sua formação como descrito por Silva (2002), a vida do policial militar pode ser reveladora de valores cultivados no meio militar.

Assim sendo, pode-se perceber que o fato de se consideraram uma "família" não os torna iguais, pois até mesmo nas famílias existem ordens hierárquicas diferentes.

O ensino policial militar abrange duas áreas distintas, porém harmônicas e independentes: o Ensino Instrumental Básico[8] e o Ensino Profissional[9].

---

8 É destinado a assegurar as bases humanísticas, filosóficas, científicas e tecnológicas, necessárias ao preparo do Policial Militar e ao desenvolvimento cultural geral.

9 O Ensino Profissional é destinado a preparar e habilitar o pessoal dos quadros da Polícia Militar, dando-lhes o embasamento necessário ao comprimento das atividades ligadas as funções de Polícia Ostensiva e preservação da ordem pública.

ISBN: 978-85-98711-10-2

Na elaboração de suas diretrizes e normas, baseia-se nas legislações previstas, bem como no Regimento Interno da Academia de Polícia Militar, na NPCEs 2000/2001 e no Decreto nº 3.540 de 29 de outubro de 1990.

As mudanças ocorridas na metodologia de ensino inicial que preparava o militar para a guerra dão lugar a um ensino mais compatível com as necessidades de uma população urbana que encontra-se às voltas com problemas típicos deste espaço, como a criminalidade, o uso de drogas, dentre outros.

É neste sentido, que Chiavenato (1985: 53) chama a atenção para a importância da Forma Profissional do Militar".

Anualmente são elaborados o Plano Geral de Ensino, o qual programa os cursos e estágios que fará os alunos naquele ano letivo, prevendo a sua duração, número de vagas, requisitos para investidura, visitas e viagem de estudos.

Para complementar compete a unidade policial militar a elaboração de documentos normativos, tais como: Plano Anual de Ensino, Programa Padrão de Ensino; Plano Geral de Ensino; Plano de Curso; Plano de Estágio; Quadro de trabalho semanal; Relatório de Curso; Relatório de Estágio; Relatório Anual de Ensino; Nota de Instrução; Currículos dos Cursos e Planos Didáticos.



Cabe ao Comando Geral, ainda, baixar portarias e normas que são dispositivos cuja finalidade é de aplicar e normalizar o ensino; coordenar, reformular, complementar normas; padronizar condutas; designar comissões dentre outras com o fim de administrar o ensino na corporação.

Diante de tantas transformações, os sucessivos comandantes da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás buscaram a consolidação da imagem da Academia com escola moderna e produtiva, inserida na sociedade contemporânea, denominada de sociedade do conhecimento marcado pela revolução tecnológica. (PGE: 2003: 48).

ISBN: 978-85-98711-10-2

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo ressaltamos as condições de ensino a que são submetidos os alunos dos cursos de formação de oficiais e praças da Academia de Polícia Militar de Goiás e descobrimos que a hierarquia e a disciplina são elementos chaves em todo o processo de formação, inclusive, norteadora da socialização dos policiais militares. Nesta visão, a função elementar da hierarquia é distinguir a posição de um policial militar em relação a outro – na polícia militar ninguém é visto como igual ao seu semelhante, mesmo dentre os policiais com mesmo posto ou graduação. Já a disciplina tem a tarefa de engendrar uma postura de obediência e manutenção da ordem militar.

Verifica-se que estes valores são cruciais para a formação de uma nova identidade. Identidade esta que é diretamente responsável pela conduta do policial militar em ações junto à comunidade.

Observar-se a evolução histórico-metodológica do ensino oferecido pela corporação. A Polícia Militar saiu de uma metodologia voltada para o Exército Brasileiro, que forma o militar visando à vitória numa guerra de trincheiras na qual todos são inimigos, para o ensino voltado à realidade urbana cuja população é um cidadão e mesmo os indivíduos, que por algum motivo estão à margem da lei, ainda são pessoas com direitos a serem preservados.



Outro aspecto de extrema relevância a ser observado é que a Academia foi criada no período da ditadura militar, o que remete a um contexto político específico. Era necessário qualificar estes agentes para que contribuíssem, da melhor forma possível com a manutenção da paz.

Desta forma, verifica-se que houve uma relação entre o período histórico que o país vivenciava e a criação desta instituição, que continua a exercer a função9 inicialmente proposta, mas com metodologia e diretrizes voltadas para o novo sistema político que vigora no país.

Assim concluímos, acreditando que esta corporação busca constantemente à evolução, ao longo de sua existência, como instituição e formadora de profissionais de segurança pública, cada vez mais capacitados para o exercício ou defesa dos interesses e direitos humanos.

ISBN: 978-85-98711-10-2

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APMGO – ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS – DIVISÃO ENSINO. **Currículos dos Cursos de Formação Policial Militar**. Goiânia: PMGO, 2003.

APMGO – ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS – DIVISÃO ENSINO. **Norma de Planejamento e Conduta do Ensino**. Goiânia: PMGO, 2000/2001.

APMGO – ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS – DIVISÃO ENSINO. **Norma de Planejamento e Conduta do Ensino.** Goiânia: PMGO, 2002/2003.

APMGO – ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS – DIVISÃO ENSINO. **Plano anual de Ensino**. Goiânia: PMGO. 2003.

APMGO – ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS – DIVISÃO ENSINO. **Plano Geral de Ensino.** Goiânia : PMGO, 2001.

APMGO – ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS – DIVISÃO ENSINO. **Plano Geral de Ensino.** Goiânia: PMGO, 2003.



ARENDT, Hannah. **A dimensão política da História.** In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. A História na Política, a Política na História.São Paulo: Alameda, 2006.

BLOCH, Marc. **Introdução à História.** Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa – América, S/D.

BORDIEU, Peirre. **O poder simbólico**; tradução Fernando Tomaz – 4ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. *Estudos Avançados,* USP, 11,5,1991,p.173-191.

CHIAVENATO, Idelbrando. **Recursos Humanos**. São Paulo: Editora. Compactada, 1985.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação** – Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 5ª ed. Trad. Luís F. B. Neves Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

HABERMAS, Jurgen. **Conhecimento e interesse**. Trad. José N. Heck. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ISBN: 978-85-98711-10-2

HARTOG., François,. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro** / tradução de Jacyntho Lins Brandão - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3ª ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LOVISOLO, Hugo. 1987. **A construção da modernidade: Romantismo e Iluminismo na educação popular**. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ. Mimeo.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa – Tomo III**. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 995. 519p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. – 23. ed.rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Baltazar Donizete de. **Ensino Policial e Formação de Oficiais** (Dissertação do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior da Universidade Católica de Goiás). Goiânia: 1992.

SOUZA, Abelide. **O Anhanguera: História da Polícia Militar de Goiás.** Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa Goiânia, 1999.